

2016

Cooperação internacional para implementação do Art.17
da CQCT/OMS – Alternativas economicamente viáveis para
os plantadores de tabaco.
Relatório da Visita Técnica em Nova Trento,
Leoberto Leal e Florianópolis/SC
Brasil



Comissão Nacional para Implementação da
Convenção-Quadro da OMS para o
Controle do Tabaco
Instituto Nacional de Câncer José de
Alencar Gomes da Silva (INCA) /
Ministério da Saúde / Brasil
28 a 30 de Março de 2016

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países facilitadores do GT Internacional dos artigos 17 e 18 da CQCT. Esse Grupo foi criado em 2006, durante a 1ª Conferência das Partes (COP1), com status de grupo de estudos e na COP3 adquiriu a condição de Grupo de Trabalho.

Um dos compromissos assumidos pelo Brasil, na COP 5, foi realizar a 4ª reunião do GT 17 e 18 para cumprir esse mandato até a COP6. Essa reunião ocorreu em Pelotas no Rio Grande do Sul entre 01 e 03 de outubro de 2013 com objetivo de fornecer um arcabouço metodológico para implementação dos artigos 17 e 18. Na ocasião, participaram desta reunião as delegações de 20 países para conhecer e discutir a experiência do Brasil quanto a implementação de seu Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

Mediante o êxito desta reunião no Brasil, sobre as alternativas ao cultivo do Tabaco, foi demandado ao Brasil, na Reunião da OMS FCTC / PNUD, sobre a Cooperação Triangular Sul-Sul, ocorrida em outubro de 2015, em Montevideo, Uruguai, sediar visita de estudos para conhecer as ações do Programa Nacional de Diversificação para implementação do art. 17 da CQCT (Anexo I).

A Cooperação Triangular Sul-Sul está alinhada às atividades do Grupo de Trabalho sobre medidas sustentáveis para fortalecer a implementação da Convenção criada na quinta sessão do COP em 2012, que, entre outras coisas, deve rever ferramentas e mecanismos de assistência existentes, identificar e recomendar as melhores práticas para acessar recursos internacionais através da cooperação bilateral e multilateral.

O intuito da visita foi de demonstrar as ações desenvolvidas, no âmbito da inovação para a diversificação em áreas com cultivo de tabaco, com base nas experiências do Brasil ao longo dos últimos 15 anos, baseado na metodologia *livelihoods*, aprovada na COP 6 na Rússia. Esta metodologia está sendo implementada na chamada pública de ATER para diversificação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário sob responsabilidade da Secretaria da Agricultura Familiar, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, implementado pela Coordenação de Inovação e Metodologia (SAF/DATER/CIM).

O evento foi subsidiado pelo secretariado FCTC / UNDP e contou com a participação de três países, sendo estes: Jamaica, Filipinas e Uruguai.



DATA E LOCAL

O encontro ocorreu entre os dias 28 e 30 de março de 2016 no Hotel Majestic Palace, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

As visitas de campo ocorreram na região da grande Florianópolis, SC, nos municípios de Nova Trento e Leoberto Leal, SC, onde o MDA tem ações de diversificação em parceria com o CEPAGRO desde 2005, ano de ratificação da CQCT no Brasil, com posterior formatação do Programa nacional de diversificação.

Florianópolis é a capital de Santa Catarina e está localizada na região Sul do Brasil.

Santa Catarina é o segundo maior produtor de Tabaco no Brasil, respondendo por 33% da produção nacional.

O Tabaco produzido em Santa Catarina é exportado para todos os continentes sendo destinados 45% para a Europa, 16% para o Extremo Oriente, 13% para América do Norte, 7% para a África e 5% para a América do Sul.

Nova Trento é um município de Santa Catarina na região Sul do Brasil.

A agricultura é a principal atividade econômica englobando as culturas de tabaco, milho feijão e uvas. A fabricação e comercialização de vinho colonial atraem turistas para Nova Trento cujo acesso se dá por estradas de terra e está a 85 km de distância de Florianópolis.

Leoberto Leal é outro município de Santa Catarina, a 156 km de Florianópolis e também tem na agricultura sua principal atividade econômica.

PROGRAMA COMENTADO

Dia 28 de março de 2016

ABERTURA

1. Relação dos representantes governamentais que compuseram a mesa de abertura:

- Representante do Secretariado da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (CQCT)
- Secretária Executiva da Comissão Nacional para Implementação do Controle do Tabaco no Brasil (SE-CONICQ), presidida pelo Ministro da Saúde.
- Delegada do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Estado de Santa Catarina.
- Representante do Ministério de Relações Exteriores
- Representante do Departamento de Saúde do governo das



Filipinas

- Representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Rural da Jamaica
- Representante do Centro de Cooperação Internacional para o Controle do Tabaco da Convenção-Quadro no Uruguai

APRESENTAÇÕES

Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e a Implementação do Artigo 17 nos países signatários – Secretariado da CQCT - Carmen Audera-Lopez

2. A representante do Secretariado da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco apresentou a importância do Artigo 17 da CQCT para promover a oferta de alternativas economicamente viáveis aos plantadores de tabaco, uma vez que tal atividade tem como característica a ruptura social e a pobreza pela injusta forma contratual, trabalho infantil e exclusão do mercado.
3. A indústria do tabaco interfere na implementação dos artigos 17 e 18 mantendo a dependência dos produtores, usando associações de agricultores para desenvolver estratégias contra o controle do tabaco, exagerando os benefícios financeiros da cultura do tabaco e oferecendo ações de responsabilidade social buscando construir uma imagem positiva da empresa e distrair a atenção do governo e sociedade sobre a real finalidade da empresa.
4. Para fortalecer a política de diversificação, 10 estratégias efetivas devem ser consideradas: promoção de pesquisas; desenvolvimento educacional e programas de treinamento para trabalhadores do campo e agricultores; remoção de obstáculos, como falta de recursos e interferência da indústria; manter a coesão entre setores do governo e mecanismos de fundos; monitorar as estratégias da indústria; priorizar o programa de diversificação como ação governamental; estabelecer mecanismos de cooperação técnica para diversificação; criação de centros de informação e colaboração; assegurar a participação da sociedade civil; e assegurar proteção da saúde, meio ambiente e vida social dos agricultores de tabaco em suas regiões.
5. Cooperação internacional e entre agências da Organização das Nações Unidas, como a para Alimentação e Agricultura, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e o Banco Mundial devem ser reforçadas.

A Importância do Artigo 17 no Contexto da Implementação da CQCT no Brasil - SE-CONICQ – Tânia Cavalcante

6. A chefe da Secretaria Executiva da CONICQ em sua apresentação demonstrou que a implementação do Art.17 da CQCT tem dois pontos importantes: I. comprometimento político e social; II. ferramenta para fortalecer o Art.5.3 da CQCT.
7. O comprometimento político e social deu origem ao Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, um dos 18 membros que compõem a Comissão Nacional Para o Controle do Tabaco (CONICQ).
8. A CONICQ é presidida pelo Ministro da Saúde e o Instituto Nacional de Câncer (INCA) é sua secretaria executiva, que tem como atribuições promover as articulações necessárias para implementação da CQCT e manter o setor da Saúde Pública inserido no Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, conforme consta no Plano Nacional de Combate a Doenças não Transmissíveis 2011-2022.
9. Os produtores de tabaco são vítimas da indústria do tabaco, assim como os fumantes. Eles precisam de apoio para diversificar o cultivo do tabaco.
10. Em face de uma queda global da demanda de tabaco, os países produtores de tabaco precisam acelerar a implementação de opções políticas recomendações aos artigos da CQCT 17 como uma maneira de proteger os meios de subsistência dos produtores de tabaco.
11. A implementação do artigo 17 é uma forma de reduzir a interferência da indústria do tabaco na política de controle do tabaco, que deve ser protegida de interesses da indústria.

Realidade socioeconômica dos agricultores familiares produtores de tabaco - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) – Amadeu Bonato

12. O coordenador do DESER apresentou informações sistematizadas a partir da Caracterização das Unidades de Produção Familiar acompanhadas pela Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Diversificação do Ministério de Desenvolvimento Agrário com base nos registros de 10.000 famílias da Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).
13. Foram identificados os seguintes dados sobre as famílias: há uma predominância de famílias de origem europeia, sendo 50% de alemães; evidente processo de masculinização, com 52,6% de homens que começa na juventude; são famílias jovens (33,4 anos em média); com baixa escolaridade; apresentam sérios problemas de saúde, como dores das costas e vômitos na colheita do fumo.
14. Sobre o processo de diversificação, foi identificado que este tem relação com o acesso a terra, ou seja, quanto maior a área, maior o nível de diversificação. O acesso à água também é fundamental para produção.

15. A diversificação permite aumento de renda da família e tira o agricultor da dependência da cadeia do fumo.

Apresentação da experiência do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - (CEPAGRO/Rede Temática de Diversificação) – Charles Lamb

5

16. O CEPAGRO tem como missão promover a Agroecologia de maneira articulada em redes entre comunidades rurais e urbanas garantindo a incidência política. Entendendo que a agroecologia caracteriza-se não só pela produção de alimentos sem produtos químicos que possam causar danos ao meio ambiente e à saúde humana, mas, principalmente, por considerar o agricultor, a terra, o produto e o consumidor partes que interagem e formam um ciclo integrado e holístico onde o bem estar e a inclusão social são os objetivos principais.
17. Integra juntamente com outras Organizações do Brasil, a rede temática pela diversificação, tendo o papel de fomentar o debate junto a sociedade e agricultores, disponibilizar informações e influenciar através de *advocacy* as instâncias de Poder, dando condições de implementação dos arts. 17 & 18 da Convenção e da necessária ampliação do número de famílias a realizar a transição para cultivos de alimentos, e/ou outras atividades em alternativas ao cultivo do tabaco. Articula-se com outros setores envolvidos na implementação do referido tratado, principalmente os setores relacionados à área da Saúde.
18. Executa, através dos projetos com cooperação internacional e de parcerias no âmbito nacional, ações formativas e organizativas junto às famílias para construção de planos de alternativas ao fumo, principalmente cursos de agroecologia, intercâmbios entre produtores, visitas técnicas e participações em eventos relacionados a CQCT. Os grupos de famílias compõem a Rede Ecovida de Agroecologia, que abrange mais de 200 municípios no sul do Brasil, contando com a articulação de ONGs, organizações de famílias agricultoras e consumidores que desenvolvem ações de formação, intercâmbios, geração e difusão de informações, certificação participativa em rede e articulação político-organizativa.

Apresentação da experiência do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) – Rita Surita - Executor de Chamada de ATER

19. O CAPA presta assessoria na organização social e política, na formação e produção econômica das famílias de agricultores e atende a Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a Diversificação do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

20. A coordenadora do CAPA informou que a organização atende 7 municípios, 1.200 unidades , onde 50% são mulheres , além de contar com outras 10 organizações parceiras.
21. A rede de ATER trabalha com: reuniões periódicas dos dirigentes das organizações parceiras e CAPA; reuniões mensais equipe técnica; formação técnica e metodológica da equipe e aporte financeiro para as organizações parceiras.
22. Os principais temas envolvem a agroecologia, organização cooperativa, agroindústria familiar, comercialização, sociobiodiversidade, meliponicultura, resgate e preservação de sementes crioulas, educação para promoção da saúde, com enfoque nas plantas bioativas, alimentação saudável e saúde comunitária.

Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas pelo Tabaco (PNDACT) e Matriz Metodológica- MDA/SAF/DATER – Hur Ben Corrêa da Silva

23. O coordenador do Programa Nacional de Diversificação em Área com Cultivo de Tabaco do Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentou o cenário da produção de tabaco no Brasil, que ocupa a segunda posição mundial. Exporta 87% de sua produção, sendo o maior exportador de tabaco do mundo.
24. O programa de diversificação ao cultivo do tabaco foi uma condição para ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil em 2005 e tem como objetivo apoiar a implementação de projetos de ATER, formação e pesquisa para o desenvolvimento de estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem tabaco, buscando novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida das famílias.
25. Políticas públicas para superar os desafios do programa envolvem acesso a crédito, mercado institucional, assistência técnica e extensão rural (ATER), organização, agregação de valor e infraestrutura.

Apresentação da experiência de um agricultor familiar - Edgar Guginski e Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC) - Rozane Gonçalves/Paula Ferreira

26. O produtor Edgar Guginski, de Santa Catarina, ainda planta tabaco, mas já está diversificando sua lavoura, obtendo renda com plantação de morango e uva e fabricação de geleia. Ele também começou a promover atividades de turismo rural. Disse que não gosta de plantar o fumo, e prefere plantar alimentos, como morango, feijão. Complementou dizendo que antes só plantava tabaco porque não tinha alternativa. Hoje, eles já vivem praticamente do morango. Tem recebido muitas visitas de outros

produtores do tabaco para conhecer o que tem feito e como eles também podem sair do cultivo do tabaco.

27. Rozane e Paula, técnicas da COOPETRASC responsáveis pela assessoria da propriedade do Sr Edegard, demonstraram que o método de plantio dos morangos segue o sistema de produção suspensão, onde as plantas são colocadas em canteiros suspensos, dentro de túneis plásticos altos, sem o contato com o solo, em sacolas plásticas tubulares (slabs), contendo substrato.

28. O fornecimento de água e nutrientes se dá através de soluções nutritivas aplicadas via irrigação com tubos gotejadores.

Apresentação da experiência de um agricultor familiar – Stefani Becker e Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação (COOPERTEC) - Aline Duarte

29. A agricultora Stefani Becker representou sua família que atualmente dedica-se a produção de frutas orgânicas e que também desconsideram voltar ao plantio de tabaco. Hoje não se expõem mais aos venenos da plantação e tem uma melhor qualidade de vida.

30. A cooperativa atua em parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e visa o fortalecimento e a qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a Agricultura Familiar nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. São 14 consultores e 120 técnicos que estão acompanhando e desenvolvendo projetos para cerca de 11 mil famílias de agricultores.

31. Conta com a participação ativa de jovens e mulheres e tem como instrumento o uso de metodologias participativas com base na avaliação das necessidades dos agricultores. Um dos propósitos do programa é propiciar a convergência à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) e articular com os princípios da Política Nacional de ATER (PNATER).

Incentivo das Políticas Públicas no PNDACT– Comercialização Mercado Institucional (PNAE, PAA) e Apresentação da Coordenação de Cooperativismo - Marcelo Piccin – MDA/SAF/DEGRAV

32. O Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor apresentou a importância e contextualização da agricultura familiar, conhecida também como camponesa, dentro da perspectiva de produção, em áreas de até 70 hectares, caracterizada pela utilização da mão de obra da própria família, e também como o grupo que estabelece uma relação de resistência ao agronegócio.

33. A diversificação na produção agrícola é fundamental, principalmente associada com políticas de apoio e promoção na agricultura familiar, no sentido que também promove a segurança e soberania alimentar

de um povo. Contudo, pontuou que um dos principais estímulos a diversificação é o destravamento dos elos que travam o acesso ao mercado.

Dia 29 de março de 2016

VISITA DE CAMPO AOS MUNICÍPIOS DE NOVA TRENTO E LEOBERDO LEAL EM SANTA CATARINA

34. Em Nova Trento/SC, visitamos a propriedade do Sr. Alcides Will na comunidade do Rio Veado, distante

83 quilômetros da capital catarinense, Florianópolis. Ele e seus cinco filhos, dedicam-se atualmente no cultivo de orgânicos e no deslocamento para a comercialização. Quando indagado se voltaria a plantar fumo respondeu: “Não!”, categoricamente.



O agricultor salienta que atualmente o trabalho é mais leve. Não precisa mais fazer ‘cerão’, nem ficar na queima da madeira. E que ao invés de ganhar pela safra, que dependendo do clima pode prejudicar a colheita do fumo, faz dinheiro toda semana. Na estufa agroecológica verde, planta até 2,4 mil pés de alface, a R\$ 1 cada um, e colhe de 30 em 30 dias alimento saudável, com venda garantida, assegurou.

35. Ainda em Nova Trento/SC, visitamos a agroindústria Conservas Will Ltda, dos irmãos Will, que produz

conservas e geleias com produtos orgânicos e convencionais dos agricultores da região. Lá foi ouvido o testemunho de Carla Will, filha do produtor Alcides Will: “Quem planta fumo é viciado, da mesma forma de quem fuma cigarro. É o



vício de ver o dinheiro de uma vez só, quando dá venda. Mas, após pagar os custos da produção, sobra muito pouco de tudo isso”.

36. Em Leoberto Leal, visitamos a propriedade do Sr Gilmar Cognato que começou a produzir alimentos



orgânicos em 2005, quando ainda trabalhava com o tabaco em sua lavoura. Ele e sua família ficaram tão satisfeitos com os resultados, que, desde 2007, já atuam apenas no cultivo de produtos orgânicos (frutas, legumes e hortaliças, geleia e sucos de uva). Hoje, fazem parte de uma rede chamada 'Ecovida', com cerca de 15 a 20 famílias que atuam na produção e venda de produtos orgânicos.

No início, foi muito difícil pensar em como poderiam vender o que produziam, afinal, com o tabaco, já sabiam como revender e mais ou menos quanto renderia. Revendem em feiras, CEASA, mercados locais e para as escolas. Com os orgânicos, nunca tem perda ou falta muito significativa. E o que sobra, eles mesmos consomem em suas casas, informou o produtor.

37. O Sr Gilmar também registrou a importância do projeto do governo para priorizar alimentos orgânicos nas escolas, o que é muito bom porque garante um mercado para os produtores e certeza que as crianças estão comendo, alimentos sem veneno. "Quem trabalha com veneno na produção, muitas vezes usa produtos muito tóxicos e que podem ser até proibidos no Brasil – como o glifosato. Isso faz muito mal para a saúde, vemos cada vez mais como os plantadores adoecem de câncer e outras doenças", ressaltou.



Dia 30 de março de 2016

CENÁRIOS DA FUMICULTURA NOS PAÍSES VISITANTES E REFLEXÕES

Cenário da fumicultura no Uruguai e reflexões sobre a aplicação do modelo Brasileiro – Emilio Toma/Amanda Sica/Ema Camacho

10

38. Os representantes esclareceram que os agricultores de tabaco no Uruguai ainda não compreendem os danos provenientes da cultura do tabaco, assim como não há regulamentos para a proteção de crianças, que são utilizadas como mão de obra, assim como, não existem redes que apoiem a diversificação no cultivo do tabaco.
39. Colocaram que a indústria se apropria de ações de responsabilidade social para manter a dependência dos fumicultores, que é alta.
40. Existem cultivos pequenos e orgânicos, que são realizados em áreas seletivas de poder aquisitivo alto.
41. Ressaltaram também uma grave situação, que são as áreas do governo do Uruguai, que ainda hoje são estimuladas à produção do fumo.
42. Acharam muito importante trabalharem a perspectiva da saúde com uma abordagem intersetorial, para os riscos de saúde para o produtor de tabaco.

Cenário da fumicultura nas Filipinas e reflexões sobre a aplicação do modelo Brasileiro – Wilma Ibea/Maria Lourdes Gonzales /Lawrence Cruz/Myrna Cabotaje/Jennifer Remoquillo/Maria Cristina Galang

43. A representante do Departamento de Agricultura apresentou o cenário de produção do tabaco nas Filipinas informando ser amplamente cultivado e uma das principais receitas agrícolas nas Filipinas depois do arroz.
44. Até a data, o tabaco é cultivado em 23 províncias, cobrindo aproximadamente 33.000 hectares, com uma produção de cerca de 56.193 MT.
45. A indústria abrange quatro tipos de tabaco produzidos localmente, ou seja, virginia, burley, tabacos turcos (tabaco aromático) e o tabaco nativo.
46. Refletindo sobre a visita de campo, perceberam a importância da ligação ao mercado dos produtos dos agricultores aos programas de alimentação do governo; a diversificação de culturas apresentada na programação; a capacitação dos agricultores e suas organizações e o bem-estar e saúde dos consumidores.
47. Como proposta de alternativas identificaram as diversas atividades agrícolas (verduras e produção de mudas); processamento dos alimentos; e artesanato e serviços.

48. Pretendem promover um planejamento para elaborar propostas aos agricultores familiares que incluam um programa de alimentação nas escolas, em hospitais, para trabalhadores envolvendo os departamentos responsáveis.
49. E também promover a sensibilização e adoção de normas sobre os riscos de saúde relacionados com o tabaco; a avaliação participativa rural, um programa de melhoria da produção vegetal e de outras culturas, acesso ao mercado, formação em gestão e habilidades de produção e serviços de assessoria técnica e de negócios.
50. A representante do Departamento de Saúde das Filipinas observou que, diferentemente do Brasil a maioria dos fumicultores do seu país está fixada em terras de grandes fazendeiros, são arrendatários. Por isso entende que a articulação deve envolver o agricultor e o proprietário.

Cenário da fumicultura na Jamaica e reflexões sobre a aplicação do modelo Brasileiro - Peter Thompson/ Vaughn Barnaby

51. O representante do Ministério da Agricultura da Jamaica, destacou os avanços nas políticas de controle do tabaco de seu país. “Temos tido significativos avanços nas questões de restrições do fumo em ambientes fechados e coletivos e em ações em escolas, com foco em crianças e adolescentes, para que elas não comecem a fumar nem a trabalhar no cultivo. Agora, estamos tentando atuar no que propõem os artigos 17 e 18 da CQCT”.
52. A produção de tabaco na Jamaica nos últimos anos caiu 43%, porque a indústria passou a importar cigarro, em vez de produzir localmente.
53. Atualmente não há um sistema de marketing organizado para o tabaco; grandes empresas importam cigarros; crescente mercado ilícito e o tabaco não é a principal fonte de renda para a maioria dos agricultores.
54. Do modelo brasileiro percebeu que deve haver um nível de comprometimento para diversificar o cultivo do tabaco para outras culturas. Notou a relação saudável entre os agricultores e os técnicos de extensão e que os agricultores percebem que a cultura de tabaco oferecia mais riscos à saúde.
55. Identificou possibilidades de implementar um programa de alimentação escolar, turismo rural para áreas agroecológicas, continuidade na implementação de inclusão de crédito, desenvolvimento de um programa de cultivo visando aumento de produção e produtividade com acesso ao mercado, envolvimento do movimento para agricultura orgânica da Jamaica (JOAM) e intensificar campanhas educacionais. O desafio é garantir rentabilidade no cultivo de alimentos, em vez do tabaco. Neste sentido, as feiras podem ser uma saída.

56. Também tem interesse em adaptar a pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário feita com as famílias atendidas por ATER apresentada pelo representante do DESER.

CONCLUSÕES, RESULTADOS E PRÓXIMOS PASSOS

57. Por unanimidade, os três países reconheceram a importância de estimular a produção orgânica, como o Brasil tem feito, se preocupando com a saúde do agricultor e do consumidor.
58. A existência de Políticas públicas para superar os desafios do programa é fundamental para que o agricultor tenha apoio e segurança para investir em outra cultura. Entende-se por políticas públicas: acesso a crédito, acesso a mercado institucional, assistência técnica e extensão rural, organização de cooperativas de produtores, agregação de valor e infraestrutura.
59. A promoção e compartilhamento de melhores práticas devem focar futuros trabalhos para encorajar a implementação dos artigos 17 e 18.
60. O maior desafio é garantir rentabilidade no cultivo de alimentos ou outra atividade rural, em vez do tabaco.
61. Houve interesse dos três países em realizar algum tipo de pesquisa com as famílias de produtores de fumo aos moldes da pesquisa apresentada pelo representante do DESER e consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Neste sentido, o MDA poderia orientar e fornecer as perguntas que orientaram a pesquisa e demais informações pertinentes.
62. Os três países que estiveram no encontro na qualidade de receptores de apoio técnico, deverão elaborar e apresentar a seus governos o relato das experiências e conhecimentos do Brasil e suas propostas de intervenção em seus países.
63. Este relatório deverá ser compartilhado com o Brasil e com os outros dois países que participaram do encontro.
64. O presente relatório será encaminhado ao Grupo de Trabalho sobre medidas sustentáveis para fortalecer a implementação da Convenção que deverá reunir-se entre os dias 26 e 28 do mês de Abril de 2016.
65. Os relatórios referentes ao item 26, serão enviados ao Grupo de Trabalho sobre medidas sustentáveis para fortalecer a implementação da Convenção posteriormente à reunião que ocorrerá no mês de Abril, respeitando-se o cronograma de encontros para COP7.
66. Todo período do encontro foi registrado com fotos e filmagens para produção de um filme de 10 minutos com legendas em inglês e espanhol que poderá ser apresentado em futuros eventos

destinados a promoção da implementação dos artigos 17&18 e estímulo a projetos piloto conforme determinado na Sexta Conferência das Partes, por ocasião de aprovação das diretrizes destes artigos.

67. Todas as apresentações, contatos e tarefas referentes ao projeto estão disponíveis na plataforma Ezcollab do Secretariado da Convenção-Quadro para todos que compareceram ao encontro com o objetivo de manter a troca de informações e colaborações.

13

ENCERRAMENTO



Anexo I

Projeto SST - Artigo 17 – Visita de estudo para conhecer as alternativas sustentáveis do fumicultor brasileiro

Título	Artigo 17 – Alternativas sustentáveis aos fumicultores			
Partes envolvidas	Provedor: Brasil Receptores: Jamaica, Filipinas e Uruguai			
Suporte Triangular	Secretariado da CQCT			
Objetivo	Country-specific action plans for recipient countries to develop programs for alternative livelihoods, informed by Brazil's experiences over the last 15 years. Brazil's programs include 1) the promotion of broad sustainability among growers; 2) capacity-building for growing non-tobacco crops in more ecologically friendly ways; 3) linking former tobacco farmers as sellers of food crops to government food programs (school breakfasts and lunches); 4) placing alternative livelihoods within existing social programs (e.g. Bolsa Familia – conditional cash transfer program); and 5) building effective partnerships with non-governmental actors (e.g. civil society, academia) working toward successful alternative livelihoods.			
Tipo de Suporte	Treinamento/Capacitação X	Suporte Técnico X	Ferramentas X	Boas práticas X
Atividades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasil fornecerá materiais de apoio aos três países parceiros de seus programas alternativos de subsistência (por exemplo, estudos de caso, manuais técnicos, etc.). Alguns podem exigir a tradução para Inglês. 2. As quatro partes irão desenvolver um plano de ação para as pequenas delegações (aprox. 3 pessoas cada país) para viajar ao sul do Brasil para uma visita de estudo organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Saúde (incluindo INCA). Antes da visita, cada uma das delegações visitantes vai fornecer ao Brasil um relatório sobre o contexto em seus países (por exemplo, descrição do crescente sector do tabaco; programas sociais que podem funcionar como receptores de alimentos; programas agrícolas relevantes, etc.) existentes. Os líderes de equipe se reunirão virtualmente nesta fase de planejamento. 3. O plano de ação deve ser apresentado sob uma proposta formal a ser apresentado diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para seu endosso oficial. 4. O encontro deve ser de três dias de visita ao local a sul do Brasil (descrito acima). 5. Após a visita, cada equipe do país, em consulta com o Brasil e os outros dois países, elaborará uma relatório a ser apresentado a cada um de seus governos informando as experiências e conhecimentos do Brasil e sua proposta de intervenção. 			

Título	Artigo – Alternativas sustentáveis aos fumicultores
Cronograma	2015 – 4º Trimestre – Revisão dos documentos; desenvolvimento do plano de ação para visita de estudo / plano de agenda e proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil. Enviar proposta para aprovação. 2016 – Fim do 1º Trimestre de 2016 – Visita de estudo 2016 – 2º Trimestre – Cada equipe do país desenvolverá uma proposta sobre programas de subsistência alternativos para apresentar ao seu governo.
Fianciamento	<ul style="list-style-type: none"> - Custos de tradução de materiais (mínimos) - As despesas de viagem para cada delegação país (3-5 pessoas cada) - passagem aérea, transporte dentro do país, alojamento, refeições, tradução durante a visita ao local. - Custos de hospedagem para a equipe brasileira (Desenvolvimento Agrário e da Saúde) - O custo total aproximado: \$ 75.000 (estão discriminados no Orçamento detalhado enviado)
Fonte de financiamento	- Brasil está oferecendo doar o tempo das equipes dos Ministérios competentes para planejar e acolher a visita de estudo.
Riscos	Mudanças políticas em qualquer um dos quatro países (por exemplo, eleições presidenciais em Filipinas; mudança de Ministros em todos os quatro países, etc.).
Pontos focais	Brasil: Tania Cavalcante* do INCA será o ponto focal do projeto (taniac@inca.gov.br); Diogo Alves (diogo.alves@saude.gov.br) será o contato principal no Ministério da Saúde; Ana Paula Teixeira (ana.teixeira@inca.gov.br) do INCA; Filipinas: Ivanhoe Escartin* (docescartin@gmail.com); Grace Fe Buquiran (gbuquiran.bihc@gmail.com); Karla Espinosa (mklespinosa@gmail.com); Jamaica: Sheryl Dennis* (Sheryladennis@yahoo.com) Uruguai: Ana Lorenzo* (lorenzo.ana@gmail.com); Amanda Sica (notabaco@urucan.org.uy); Elba Esteves (eesteves@fur.gob.uy)